

Educação integral e tempo integral: a constituição de uma subjetividade preventiva

Integral Education and full-time schooling: the constitution of a preventive subjectivity

Rochele da Silva Santaiana

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/ UERGS

Veronice Camargo da Silva

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/ UERGS

Resumo: O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de campo realizada em dois municípios da fronteira oeste do Rio Grande do Sul que teve como objetivo geral analisar os discursos produzidos nas escolas sobre Educação Integral e Tempo Integral. Metodologicamente foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados: entrevista e questionário com docentes dos dois municípios participantes. Foi possível inferir que estar mais tempo na escola permite investir na potencialidade dos sujeitos e considera-se, ao final, que a Educação Integral contemporânea se sustenta pela jornada ampliada na escola, como espaço de constituição de uma subjetividade preventiva.

Palavras-chave: Educação Integral; Subjetividade Preventiva; Tempo

Abstract: This article is the result of a field research project carried out in two municipalities on the western border of the Brazilian state of Rio Grande do Sul to analyze the discourses produced at schools about Integral Education and Full-Time Schooling. Methodologically, two data collection instruments were used: interviews and questionnaires with teachers from the two participating municipalities. It was possible to infer that spending more time at school allows for an investment in the potential of the subjects, and it is considered in the end that contemporary Integral Education is sustained by a longer stay at school as a space for the constitution of a preventive subjectivity.

Keywords: Integral Education. Preventive Subjectivity. Time

Introdução

Para a pesquisa da qual redunda este artigo, propusemo-nos a pensar com Michel Foucault e, a partir dele, possibilitar que reflexões sobre uma política de Educação Integral enquanto ação pública já que “[...] a verdade é deste mundo [...]” (FOUCAULT, 2003a, p. 12) e se constitui contemporaneamente. Interessa-nos mais pensar como as proposições dessa política educacional materializada num programa se torna um discurso de verdade sobre o tempo na escola. Portanto, interessa-nos discutir que discursos os docentes participantes da pesquisa acolheram e sancionaram como verdadeiros (FOUCAULT, 2003a). Nesse viés, a presente proposta de investigação tem como objetivo analisar os discursos produzidos em duas escolas municipais sobre Educação Integral e Tempo Integral.

Importa dizer que as teorizações foucaultianas serão importantes enquanto ferramentas teórico-metodológicas analíticas, principalmente, a governamentalidade. De certa forma, tal campo analítico e teórico permite um olhar de hipercrítica às formas como as condutas dos sujeitos em educação são conduzidas por meio da instituição de políticas educacionais. Para além do olhar de suspeita, importa o olhar questionador sobre como determinados dizeres sobre a Educação Integral e a avaliação se tornaram verdadeiros e quais efeitos eles geram na educação escolar contemporânea. O referencial pós-estruturalista, os das políticas educacionais, que nortearão as discussões dessa pesquisa se encontram expressos na sequência desta seção e presentes em toda a analítica dos materiais.

A ferramenta teórica da governamentalidade será fundamental para esta pesquisa. Os cursos desenvolvidos por Foucault em 1976, 1978 e 1979, respectivamente Em Defesa da Sociedade, Segurança, Território e População e Nascimento da Biopolítica, possibilitam perceber o deslocamento histórico, social e econômico nas artes de governar e nas formas de governamentalidade que foram e são exercidas no território, no corpo indivíduo e no corpo-espécie, na população. Tais leituras são importantes para o entendimento da governamentalidade como uma racionalidade política, que permite a operacionalização de uma tecnologia de poder que atinge uma totalidade e, ao mesmo tempo, é individualizante, uma vez que se preocupa com cada um e com o todo. Trata-se, então, de como uma determinada forma de governar, a todos e a cada um, passa a ser desenvolvida através das propostas educacionais que atingem grandes totalidades como a Educação Integral.

Educação integral, tempo integral e jornada ampliada

A Educação Integral se tornou tema das discussões atuais na medida em que o Programa Mais Educação instituído pela portaria Interministerial nº 17/2007 e pelo Decreto Presidencial nº 7.083/2010, integrou um conjunto de ações propostos pelo

Plano de Desenvolvimento da Educação. O programa surgiu tendo como vinculação inicial a extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

O Programa Mais Educação, desde sua instituição, encontrava-se vinculado à SEB – Secretaria de Educação Básica e a Diretoria de Currículos e Educação Integral e emergiu como “estratégia intersetorial do governo federal para indução de uma política de Educação Integral, promotora da ampliação de dimensões, tempos, espaços e oportunidades educativas” (MOLL, 2012, p. 132). A autora também destaca que o referido Programa abordava a questão da cidade educadora como outra perspectiva para que ocorra a Educação Integral, em que “baixar os muros da escola é colocá-la em diálogo com o que está em seu entorno em termos de políticas públicas, equipamentos públicos, atores sociais, saberes e práticas culturais” (MOLL, 2012, p. 142).

A proposta inicial do Programa Mais Educação perpassava a ideia de tomar a cidade como território educativo. A formação dos alunos no Programa poderia ocorrer em parceria e colaboração com o espaço da comunidade do entorno escolar e com as pessoas que nela vivem. Tal Programa previa, em suas orientações, que oficinas no contraturno poderiam ser realizadas em espaços fora da escola, tais como: praças, associações de bairro, salões de igreja, entre outros. As escolas poderiam estender sua carga horária em atividades no Programa em até 7h diárias (BRASIL, 2007).

Atualmente o Programa passou por uma nova estruturação proposta pela Portaria 1.144, de 10 de outubro de 2016 que institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental. Portanto, o foco do trabalho agora é na aprendizagem desses dois componentes específicos, embora ainda tenha previsão de outras atividades “por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes” (BRASIL, 2016).

Em 2017, o Programa será implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar (BRASIL, 2016).

É possível discutir que, nessa nova reestruturação da jornada ampliada, é a nomenclatura que aparece com força nas discussões do Programa. Mas cabe, nas possibilidades desta pesquisa, reconhecer como a Educação Integral é tomada com centralidade ou periféricamente em relação às demais nomenclaturas: tempo e jornada. Como não podemos negar os efeitos nas práticas e discursos docentes do Programa Mais Educação (2007) em sua nova estrutura (2017), torna-se relevante entender e

conhecer como este funcionava e como está se dando atualmente no entendimento de gestores e docentes nas escolas.

Ainda, com relação à conceituação, cabe ressaltar o que Educação Integral significa “pensar em uma educação que englobe formação e informação e que compreenda outras atividades – não somente as conhecidas como atividades escolares” (COELHO, 2009, p. 89). Talvez seja preciso cuidado para não tomar a Educação Integral como sinônimo de atividades como dança, arte, esporte e etc.

Menezes (2009, p. 81) ressalta que tal proposta poderia “abarcara a integração das disciplinas dentro do currículo escolar”, ou seja, o que se faz na escola no que é considerado período regular com as disciplinas, também deveria ser uma formação integral e integradora. Portanto, ao tentar entender as diferenças existentes entre Educação Integral, Tempo Integral e Jornada Ampliada compreende-se que ficará mais profícuo o debate pedagógico sobre os usos dos tempos e espaços dos alunos e quais aprendizagens são potencializadas nas escolas contemporâneas.

Educação Integral pode ser entendida, então, como uma concepção educativa, de aprendizagens e de dimensões diferentes pelos sujeitos em áreas distintas. Mas mesmo assim, para que isso aconteça, faz-se necessária uma jornada ampliada, um tempo estendido, ou seja, um tempo além das 4h de ensino regular. Em função disso, foi pensado, no Programa Mais Educação, a ampliação da jornada escolar que é indicada em aumentar de 4 horas¹ para 7 horas diárias. Talvez por isso, ao falar em Educação Integral, fale-se em escola de Tempo Integral como sendo seu sinônimo, o que acreditamos que não seja o adequado. No entendimento deste estudo, o tempo se torna integral se for produtivamente investido na qualidade da educação dos sujeitos em suas dimensões cognitivas, corporais, artísticas, entre outras.

Neste trabalho, a Educação Integral também pode ser tomada como uma estratégia da governamentalidade neoliberal, como captura do tempo, da ociosidade, do gerenciamento do risco e da constituição do sujeito aluno contemporâneo. O que queremos dizer é que ela também pode ser pensada como regulação de uma comunidade escolar e local. Com isso, não tratamos de sua positividade ou negatividade, mas de sua produtividade, alinhando o nosso pensamento com as teorizações foucaultianas.

A Educação Integral pode, nesse sentido, instituir um processo de subjetivação tornando os sujeitos da Educação afeitos e defensores desta proposta. Cabe, no entanto, um alerta, de que a Educação Integral é um conceito difícil de capturar em um só, pois ela se diversifica de acordo com as relações de poderes e saberes que a atravessam, contextualizadas cultural, histórica e socialmente. Por meio da pesquisa que apresentamos, tornou-se possível entender como os discursos se tornam potentes,

integrados às realidades escolares, produzindo um campo discursivo em defesa de mais tempo na escola.

Das escolhas metodológicas: caminhos e decisões

Apresentamos um recorte de uma pesquisa com maior abrangência que envolveu pesquisadores de universidades públicas e comunitárias das cidades de Alegrete, Bagé, Lajeado, São Leopoldo e Charqueadas, e seus respectivos municípios. Para este artigo estamos utilizando os dados recolhidos de duas cidades da fronteira oeste do Estado: Alegrete e Bagé. Em cada uma das cidades selecionamos uma escola municipal que desenvolve o Programa Mais Educação/Novo Mais Educação (Alegrete) e outra com sua proposta vinculada à Educação Integral com jornada ampliada e que, posteriormente, recebeu o referido Programa (Bagé).

Para fins de análise foram entrevistadas as diretoras de ambas as escolas, denominadas diretora A e diretora B, cujas respostas foram transcritas. A pesquisa também contou com um questionário aplicado a quatro docentes das escolas dos referidos municípios, referenciadas como A, B, C e D. Destacamos que, de acordo com os princípios éticos da pesquisa, os participantes assinaram um termo de Consentimento Livre e Esclarecido Individual no momento de aceite de sua participação, tendo, portanto, o direito de terem suas identidades resguardadas.

A constituição de uma subjetividade preventiva

Ao estudar a Educação Integral e analisar o material com as lentes teóricas escolhidas, as noções de saber, poder, visibilidade e enunciabilidade traçaram inúmeros começos possíveis sobre o entendimento do tema. Acreditamos que as relações de saber e poder estabelecidas numa rede de entendimentos sobre a Educação Integral vem ao encontro de uma construção de uma subjetividade específica que nomeamos como subjetividade preventiva. Uma subjetividade que irá levar os sujeitos docentes a quererem a Educação Integral como uma possibilidade redentora, de formação de cidadania. A Educação Integral é tomada, então, como uma forma de estabelecer uma ação preventiva na formação dos alunos, o que permite que os riscos sociais aos quais os alunos possam estar sujeitos sejam minimizados se os mesmos estiverem na escola.

Partimos do entendimento que a diretora A e a diretora B têm sobre o tema quando perguntadas como o Programa Mais Educação redundava em aprendizagens aos alunos e se o Novo Mais Educação também realiza esse investimento. A diretora A foi enfática ao dizer como funciona o Programa Mais Educação e o quanto ele contribui com a aprendizagem nas oficinas obrigatórias de Português e Matemática:

Acrescenta muito, porque como funciona na nossa escola nós pedimos para que o professor da classe indique os alunos com

deficiência na aprendizagem, são esses que participam no letramento e da matemática. As oficinas obrigatórias são Português e Matemática. Depois participam, também, das atividades extras na nossa escola. Temos judô, música e futsal. (DIRETORA A)

A diretora B explica como o Programa acontece em sua escola aliado à Escola de Tempo Integral:

Na escola CAIC o Programa Mais Educação vem fazer parte do nosso dia a dia, juntamente com a Escola de Tempo Integral por que, na época, eram professores do estado nomeados e isso fazia com que determinadas atividades fossem impossíveis já que os professores são formados por disciplinas específicas. O Mais Educação veio complementar, pois nos deu um leque de novas opções como música, dança, teatro em fim, coisas que não poderiam abranger com os professores. (DIRETORA B)

Parece-nos que as duas diretoras acreditam na potencialidade de investimentos em áreas que integrem outras aprendizagens para os alunos. A diretora A, respondendo na atualidade do Novo Mais Educação e a diretora B, ainda sobre a versão anterior ao Programa. O que podemos inferir é que as diretoras acreditam que o Programa é importante à constituição mais qualificada dos alunos. Ambas se reconhecem no discurso de que a Educação Integral potencializa a vida e os conhecimentos dos alunos contemporâneos. Assim como Foucault (2003b) tematizou que as relações de poder modulam, incitam, produzem sujeitos, pode-se, então, pensar que o poder “em outras palavras trabalha através e não contra a subjetividade” (ROSE, 2011, p. 211). Logo, é possível ver o poder não negativamente como algumas teorias o veriam. O que importa é pensar na sua produtividade e na constituição de uma subjetividade. Programas e Políticas de determinada ordem, quando instituídos, correspondem a um desejo de poder e saber de sua época, das relações sociais, econômicas e culturais contextualizadas historicamente.

O discurso em defesa de uma Educação Integral para os sujeitos é potente e vem se desenvolvendo paulatinamente no Brasilⁱⁱ, com períodos de avanços e outros de esquecimento. No entanto, desde sua instituição, o Programa Mais Educação vem se fortalecendo, a ponto de ajustar-se, mas não terminar. Lembremos ainda que a Educação Integral, mediante progressiva ampliação da jornada escolar, encontra-se no Plano Nacional de Educação, na meta 20 (BRASIL, 2014). Entendemos que a constituição de uma subjetividade preventiva opera meios de assujeitamento dos sujeitos a um dizer verdadeiro sobre a Educação Integral, que ela é importante para a formação dos sujeitos, alunos contemporâneos e, indubitavelmente, liga-os a uma verdade sobre a Educação Integral e como ela pode prevenir riscos presentes e futuros. E também a de constituir-se integralmente de forma mais produtiva, prevenindo-se de malefícios e buscando uma vida diminuída de riscos sociais.

No nosso caso, na escola, a gente tem vários parceiros que auxiliam na formação integral do aluno, da criança, dos adolescentes, do jovem. O Mais Educação visa à intersectorialidade na perspectiva da Educação Integral, que deve fazer parte da concepção e estrutura, tomando como princípio a necessidade de todos, sociedade, escola, serviços e poder público atuarem coletivamente para o mesmo fim, visando sempre à formação integral do ser humano, tanto intelectual como social, cultural (DIRETORA A).

A escola vê que independente da terminologia ela atende os sujeitos na sua integralidade, preocupando-se com eles durante o tempo que permanecem na escola como também suas ações fora dela. A escola em si atua como Educação integral e tempo integral, compreendendo que necessitam ser auxiliados na sua formação integral (sujeito) e com atividades disponíveis no espaço escolar para a permanência no tempo integral (DIRETORA B).

Destacamos a assertiva foucaultiana que “a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2003b, p. 14). No momento em que as diretoras das escolas analisadas têm subjetivado em seus discursos o valor da escola e do estudo que se organiza na perspectiva da Educação Integral para que o futuro do educando seja melhor, eles estão se imbuindo de uma verdade e se conformando a esta, que as formas de educação em jornada ampliada lhe auxiliam a prevenir e assegurar que a constituição dos alunos será melhor. O discurso enunciado por autoridades gestoras da educação ganha importância, uma vez que são tomados como sujeitos detentores de um poder que permite a disseminação de um saber, ou talvez, a pulverização de um discurso de necessidade da Educação Integral para a sociedade. No exercício das tecnologias de si, que levam os sujeitos a falarem sobre o que é bom e desejável e o que precisa ser deixado de lado para se tornarem um bom cidadão, é importante a “aquisição de certas habilidades, mas também de aquisição de certas atitudes” (FOUCAULT, 2004, p. 324). A Educação Integral e o Programa Mais Educação/Novo Mais Educação são representados na fala das diretoras como algo potencial, importante para coletivamente constituírem mais integralmente os alunos. Podemos aferir que visibilidade e enunciabilidade estão conjugadas com o processo de subjetivação, no sentido de produzir uma subjetividade preventiva nos sujeitos conduzidos por estas nas escolas.

O discurso proferido pelas diretoras permite visibilizar a produção de uma subjetividade preventiva não só em termos de aprendizagens cognitivas, mas naquelas que incidem na alma e produzem os sujeitos. Larrosa (1994, p. 63) argumenta que “a linguagem apresenta uma forma repetida, representa, duplica em um meio exterior o que já estava apresentado, tornado visível, no interior”. No momento em que os gestores das escolas proferem um discurso em defesa da Educação Integral e dos benefícios que o Programa Mais Educação/Novo Mais Educação pode gerar, apontam a importância de mais tempo na escola, repartindo esse compromisso com outros segmentos, como forma de preventivamente cuidar e constituir uma educação mais produtiva para os alunos. Entendemos que tal educação seria aquela que, ao gerenciar

os riscos de tirar os sujeitos da rua, do tempo ocioso, permanecendo mais tempo na escola a subjetividade preventiva se reafirma num duplo investimento: o cuidado de si do aluno também se converte para o cuidado de todos. E para que essa realidade do estudante mude, para que consiga melhorar, precisa estudar e utilizar-se do que é promovido nas escolas atualmente, como as oficinas do PME.

Prevenir e não remediar: formando cidadãos

O Programa Novo Mais Educação procura prever em sua funcionalidade a distribuição das 15h semanais estendidas em jornada ampliada da seguinte forma: “8 (oito) horas, necessariamente, distribuídas em 4 (quatro) horas de Língua Portuguesa e 4 (quatro) horas de Matemática. Às 7 (sete) horas restantes precisarão ser distribuídas em três outras Atividades Complementares” (BRASIL, 2016, p.16). Essas atividades complementares se encontram conforme o documento orientador nos seguintes campos: Artes, Cultura, Esporte e Lazer, conforme escolha da escola (BRASIL, 2016). Ao realizarmos a análise das respostas docentes, verificamos que os mesmos consideram, em sua maioria, que tais campos em suas possibilidades de oficinas são tão importantes quanto os de Língua Portuguesa e Matemática no sentido de constituir um sujeito que consiga integrar-se socialmente. O que sugere outra rede discursiva em torno das funções da Educação Integral na atualidade.

Pode-se inferir que, atualmente, vivemos um momento em que o discurso da Educação Integral encontra-se num processo produtivo de constituição de uma subjetividade preventiva. Agamben (2006) nos ajuda a pensar contemporaneamente quando alerta sobre o “desenvolvimento capitalista que estamos vivendo como uma gigantesca acumulação e proliferação de dispositivos” (AGAMBEN, 2006, p. 42). Ou seja, as questões econômicas, próprias da sociedade capitalista, em que o consumo e não mais a produção é o que importa, também interferem nos modos de distribuição dos dispositivos, pois, como proposto pelo autor, multiplicam-se e se potencializam na racionalidade neoliberal. Importa, então, que os alunos da Educação Integral e do Programa Mais Educação/Novo Mais Educação, permaneçam e queiram permanecer na escola, com mais tempo e aprendizagens, mas, sobretudo, entendendo que isso é condição de qualidade para sua vida, prevenindo os riscos sociais futuros e presentes. Ressaltamos que o ideal de constituir sujeitos afeitos à cidadania, que consigam inserir-se na sociedade, tornou-se outra verdade proferida pelos docentes das escolas pesquisadas ao responderem sobre como ações promovidas pelo Programa, que articulam outras áreas, podem permitir o desenvolvimento da Educação Integral. O docente A confessa que as ações que o Programa de sua escola coloca em prática promovem ações integradas na medida em que:

As propostas desenvolvem e auxiliam os alunos em um todo, como ser humano e para sua real convivência na sociedade a qual está

inserido. Com certeza, ações relacionadas: saúde, cultura, esporte e prevenção em todos os sentidos. (DOCENTE A)

O docente B afirma que “existem ações integradas na escola” com relação à saúde e acredita que “essa integração com a saúde é fundamental, pois onde há prevenção, há mais qualidade de vida”. O docente C reforça que todas as ações que o Programa realiza em sua escola são muito importantes e assevera que “tanto saúde, cultura e assistência social são fundamentais para o desenvolvimento de um ser social e saudável”.

É preponderante na Educação Integral contemporânea que os sujeitos permaneçam na escola como forma de manterem-se não só ativos, mas que nela aprendam a se tornar envolvidos com sua vida e, ainda, prevenidos quanto aos caminhos que possam dar a ela. Nesse viés, os docentes destacam a importância de outras áreas e projetos a serem vinculados ao Programa Mais Educação/Novo Mais Educação. Subentende-se que as ações de Educação Integral servem não só para o gerenciamento do risco, mas para manter de forma atrativa esses jovens em atividades que ocupem o seu tempo ocioso.

Portanto, cabe-nos analisar que os entendimentos de uma Educação Integral que promova medidas de maior envolvimento com outras áreas integram o discurso de uma subjetividade preventiva, internalizada pelos docentes e constituem também uma relação com uma noção educativa da Educação Integral contemporânea. Não somente aprendizagens do currículo formal como Língua Portuguesa e Matemática, mas as falas dos docentes revelam que, para formar cidadãos mais plenos, inseridos socialmente com qualidade de vida, uma das alternativas é investir na prevenção e a Educação Integral constitui-se como uma possibilidade.

As formas como vemos a Educação Integral são tomadas como referências e, aparentemente, somos livres para adotá-las como verdades ou não. No entanto, cabe a lembrança de que esta verdade é visibilizada para nós naquilo que importa que seja dito para criar as redes de sustentabilidade, tanto da Educação Integral como do Programa Mais Educação/Novo Mais Educação. Nossa autonomia de escolha e adoção de determinados discursos como verdadeiros é regulada; no entanto, subjetivamos a todo o momento.

O *self* deve ser um ente subjetivo, ele deve aspirar à autonomia, lutar por realização pessoal em sua vida terrena, interpretar sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual e encontrar significado na existência moldando sua vida através de atos de escolha. Essas formas de pensar sobre os seres humanos como *selfs* e essas formas de julgá-los estão ligadas a certas formas de agir sobre tais *selfs* (ROSE, 2011, p. 210).

Procuramos, nessa direção, demonstrar em todo o exercício analítico feito até o presente momento que, para um processo de subjetivação preventiva, foram

necessárias relações de saberes e poderes articulados, sobrepostos e atrelados. Ainda, posicionamentos sobre o que vem a ser a Educação Integral, via Programa Mais Educação/ Novo Mais Educação. O investimento na produção de um *self* preventivo, como diz o autor, mais especificamente sobre o que discutimos nesse trabalho, é constituído na estreita relação com as atividades de áreas da saúde, esporte, cultura, atribuindo ao tempo dos alunos na escola, um tempo potencial para outros investimentos na constituição de suas cidadanias. Suspeitamos que a força discursiva e argumentativa das respostas dos docentes, quanto ao investimento na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos alunos, possa ser abarcada por ações promovidas pelos programas de Educação Integral e que o aumento da jornada escolar possa estar imbuído de uma realidade que perpassa os espaços escolares. Contemporaneamente podem ser vistos muitos atravessamentos no que compete ou não a escola e, por isso, muitos programas e projetos invadem os espaços escolares, ocasionando o que Nóvoa (2009) descreve como o *transbordamento da escola*, ao referir as muitas missões atribuídas à escola moderna e contemporânea para além dos conteúdos escolares. A escola é colocada como uma instituição “regeneradora, salvadora e reparadora da sociedade” (LOCKMANN, TRAVERSINI, 2017, p.819). A permanência dos alunos por mais tempo na escola é vista como condição também de seguridade e investimento potencial nos sujeitos da Educação Integral.

No referencial teórico desta pesquisa, também pode ser tomado como uma estratégia da governamentalidade neoliberal, como captura do tempo, da ociosidade, do gerenciamento do risco e da constituição do sujeito aluno cidadão. Ressaltamos mais uma vez que esse trabalho não procura reconhecer a positividade ou negatividade de uma agenda de Educação Integral; ao contrário, visa reconhecer sua produtividade, podendo instituir um processo de gerenciamento do risco social no que se refere à prevenção e ao investimento na constituição dos alunos. Das falas dos docentes é possível emergir esse reconhecimento:

São atitudes indispensáveis para vida e contribuem para o exercício da cidadania (DOCENTE D).

É garantir o desenvolvimento dos alunos em todas as suas dimensões, intelectual, emocional, física, social e cultural todos os agentes formativos dentro da escola para obtermos sucesso (DOCENTE B).

Na medida em que os conteúdos trabalhados principalmente no letramento auxiliam nas aprendizagens dos alunos. E as oficinas de esporte e dança oferecem atividades que envolvem os mesmos, contribuindo para o seu desenvolvimento e convivência em sociedade (DOCENTE A).

O discurso possui uma função constitutiva e, dependendo de onde ele é emanado, será mais empoderado e repercutirá com maiores efeitos no tecido social e, ao propor uma Educação Integral como uma política que visa à melhoria de vida dos

estudantes, as escolas acabam por potencializar no sujeito de hoje o cidadão do amanhã.

Produzir um discurso, narrativas sobre como devem ser determinadas práticas ou produção de determinados sujeitos, perpassa uma questão de poder e saber sobre quem está autorizado a isso, pois “narrar o outro se constitui sempre um ato de dominação, de sujeição, mesmo que as intenções de quem produz a narrativa sejam as melhores possíveis” (SARAIVA, 2015, p. 256). Ao visibilizar as narrativas emanadas dos docentes sobre suas percepções e entendimentos da Educação Integral e do Programa que amplia a jornada escolar, não podemos esquecer que estes ocupam um lugar de quem está autorizado, sancionado a emitir um parecer no que se refere ao valor ou não desta ação para uma formação qualificada na educação de crianças e jovens. Isso seria mais uma estratégia da governamentalidade neoliberal: constituir na subjetividade dos docentes um discurso de defesa e de verdade quanto à Educação Integral.

Subjetivamente se fortalece para quem lê ou escuta tal discurso, como realmente essas verdades precisam ser integradas às formas contemporâneas de funcionamento das escolas. Ou seja, além da Língua Portuguesa e da Matemática existem outras dimensões que precisam ser investidas para preventivamente constituir nos alunos “o seu desenvolvimento e convivência em sociedade”, conforme revelado pela docente A. Deste discurso, podemos inferir que, quanto mais tempo na escola, mais capacidade o aluno terá para aprender saberes úteis e necessários para viver coletivamente na sociedade neoliberal.

Popkewitz, Olson e Petersson (2009), ao utilizarem a noção de *design*, convidam-nos a refletir sobre o fato de que vivemos em uma sociedade de aprendizagem, em que se reafirma a noção de “projeto (*design*) como prática de planejamento biográfico e a comunidade como um espaço para ligar normas e valores coletivos à individualidade” (POPKEWITZ; OLSON; PETERSSON, 2009, p. 80). O *design* projetado, neste caso em específico, demonstra um governo micropolítico de conduta dos docentes, levando-os a se comprometerem integralmente com a proposta, uma vez que a defendem. Uma proposta governamental, um programa ou uma política só conseguem ser exercidos satisfatoriamente se internalizados como úteis e necessários ao sujeito que a eles se destinam que, no caso, são os alunos. Mas para que ele se efetive satisfatoriamente precisa ser conduzido e defendido pelas gestões nas escolas. Por isso, pensamos que todos e cada um, vão, paulatinamente, exercitando em relação à Educação Integral o que Foucault denominava de práticas de si:

[...] os procedimentos, que sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relação de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si [...]” (FOUCAULT, 1997b, p. 109).

Na medida em que determinadas práticas escolares são disseminadas pelo Programa Mais Educação/Novo Mais Educação em defesa de uma Educação Integral, procura-se dotar os alunos com a responsabilidade “[...] pela sua autocondução [...]” (MENEZES, 2011, p. 141), isso para que eles saibam como se conduzir de forma mais produtiva na sociedade futuramente. No entanto, para que isso aconteça, faz-se necessário que tal discurso atinja aos que passam na escola e que, ainda, devido à posição historicamente construída, estão no lugar de quem está habilitado a dizer sobre a produtividade ou não de um programa, os docentes. Pode-se, no limite, prevenir muitos problemas investindo na educação de crianças e jovens e não podemos dizer que não aconteça, mas somente pontuar o que analisamos em nosso estudo.

Entendemos que a constituição de uma subjetividade preventiva é algo que precisou primeiro ser internalizada pelos gestores e docentes para que, assim, possa ser levada a ter efeitos na produção de alunos imbuídos numa proposta de Educação Integral. Nesse viés, a Diretora B aponta que “nossa intenção de formar o sujeito integral é proporcionar atividades que os atenda, sendo fundamental para que haja diálogo entre os setores”. Complementamos essa ideia ao que diz a Diretora A, quando revela que é “como se fosse uma aliança, um elo de ações integradas entre atores sociais, no caso as pessoas e forças, que são as instituições”. O governo de todos e de cada um se institui de forma que todos se sintam comprometidos e responsáveis preventivamente em investir nos sujeitos, alunos da Educação Integral. Acreditamos, dessa forma, que são marcas de uma subjetividade preventiva, que cria redes de comprometimento com uma verdade que precisa ser intensificada por meio de ações e defendida em discurso pelos docentes.

Aprender a prevenir-se contra os riscos é uma forma de aprendizagem, e evitar o tempo ocioso parece-nos que se torna potencial nos usos do tempo em jornada ampliada. Acreditamos que, por esses motivos, é possível falar em constituição de uma subjetividade preventiva, pois ela acontece na intersecção entre práticas diferentes que buscam, no entanto, formar integralmente os alunos e contribuir para as comunidades. Os sujeitos com uma subjetividade preventiva são constituídos nos discursos, práticas e regulamentações, sendo efeitos produtivos do “contato entre as tecnologias de dominação sobre os outros e as tecnologias de si” (FOUCAULT, 2004b p. 324), que perfazem o que o autor chamou de governamentalidade.

Considerações Finais

Pesquisar a Educação Integral nos fez entender, conhecer, descrever e analisar como esta é apresentada nas narrativas e discursos de gestores e professores que atuam em escolas públicas. No caso que apresentamos, analisamos entrevistas e questionários de uma escola municipal de Alegrete e uma estadual do município de Bagé. Ressaltamos que uma forma de compreender a Educação Integral por parte destes profissionais concebe-se em investimento potencial na constituição de sujeitos que aprendam a viver e integrar-se socialmente. Reforçamos o argumento de que, para

além das aprendizagens e conhecimentos curriculares, a forma de existência da Educação Integral se encontra vinculada em discurso na formação de um sujeito mais integral, com outras dimensões sendo estimuladas a se desenvolverem como na área da saúde, da cultura, entre outras.

O tema Educação Integral e suas articulações com a jornada ampliada e Tempo Integral são tão abrangentes e inquietantes que aparecem com pujança em nosso tempo presente. Essa temática se desenrola na história das sociedades e, em particular na educação, sob muitas identidades e produz, ao seu tempo, formas de os sujeitos se conduzirem nas práticas escolares.

Inferimos que a governamentalidade, como grade de inteligibilidade, corresponde nos estudos de Foucault, à racionalidade de governo político das condutas dos sujeitos. É possível pensar que a Educação Integral na governamentalidade neoliberal, incide em um duplo investimento: o governo político pela ação e direção da conduta de uns sobre os outros e o governo ético de si, sobre si mesmo. Procura-se constituir, nos sujeitos da Educação Integral, uma subjetividade preventiva em relação a sua educação e formação como cidadão. Primeiro subjetiva-se os gestores e docentes para o entendimento da produtividade e da qualidade na Educação Integral com tempo integral e jornada ampliada. Para, posteriormente, poder atingir alunos e comunidades em prol da proposta.

Busca-se uma subjetividade afeita à integralidade, construída na racionalidade econômica da governamentalidade neoliberal. No entanto, para que isso ocorra, existe um efetivo investimento na produção dessa subjetividade, sustentado pelas ações do Programa Mais Educação/Novo Mais Educação por meio de atividades propostas no contra turno tanto na Língua Portuguesa e Matemática, como na possibilidade de investir em outras áreas, tais como artes, esporte, cultura, etc. Nesse viés, a Educação Integral precisa ser subjetivada, apropriada e defendida por todos os sujeitos, passando seu deslocamento de todos para si.ⁱⁱⁱ

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2006.

BARROS, Katia Oliveira de. **A Escola de Tempo Integral como Política Pública Educacional:** a experiência de Goianésia (2001-2006). Brasília, UnB, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BRASIL. **Portaria Nº1.144**, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental. Diário Oficial da União, nº 196, terça-feira, 11 de outubro de 2016.

BRASIL. **Programa Novo Mais Educação**: Documento Orientador – Adesão Versão – Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica, outubro de 2016.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria **Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. 2007. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 17 jan. 2008

CAVALIERE, Ana Maria, COELHO, Lígia Martha. Por onde andam os CIEPs? Uma análise após 15 anos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p.147-174, jul. 2003.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. História(s) da Educação Integral. **Em Aberto**, B v. 22, n. 80, p.83-96, abr. Brasília: 2009.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologias de Si**. Revista Verve, 6: 321-360, PUC/ São Paulo, 2004.

_____. A Governamentalidade. In: _____. **Microfísica do Poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003a.

_____. Verdade e Poder. In. In. _____. **Microfísica do Poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003b.

_____. **Subjetividade e Verdade**. Resumo dos cursos do Collège de França (1970-1982). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In. SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **O Sujeito da Educação**: estudos foucaultianos, 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOCKMANN, Kamila. TRAVERSINI, Clarice Salette. Alargamento das funções da escola e redefinição dos conhecimentos escolares: implicações da educacionalização do social. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v.26, n. 63, set/dez. 2017.

MENEZES, Janaína S. S. Educação Integral & Tempo integral na educação básica: da LDB ao PDE. In: COELHO, Lígia Martha da Costa (org.). **Educação Integral em Tempo Integral**: estudos e experiências em processo. Petrópolis, R.J.: DP et Alii, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **A Maquinaria Escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva**. Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

NÓVOA. Antônio. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

NUNES, Clarice. Centro Educacional Carneiro Ribeiro: concepção e realização de uma experiência de educação integral. Brasília: **Revista Em Aberto**, v. 22, n. 80, p.121-134, abr. 2009.

POPKEWITZ, Thomas; OLSSON, Ulf; PETERSSON, Kenneth. Sociedade da Aprendizagem, Cosmopolitismo, Saúde Pública e Prevenção à Criminalidade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, Faced/UFRGS. v. 34, n.2. Mai/Ago, 2009.

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos *selfs***. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2011.

SARAIVA, Karla. Michel Foucault, discurso e a invenção da verdade. In. LEITE, Miriam, GABRIEL, Carmen Teresa. **Linguagem, discurso, pesquisa e educação**. Rio de Janeiro, Petrópolis, FAPE, 2015.

NOTAS:

ⁱ Em sua pesquisa de Mestrado, Kátia Oliveira de Barros mapeou alguns países que já possuem carga horária ampliada: “Argentina – 5h, Bolívia – 6h, Cuba – entre 5 a 8h, Estados Unidos – 8h, Alemanha – entre 6 a 8h, Finlândia – 7h, Austrália – 6 horas em meia, Espanha – entre 6 a 8h” (BARROS, 2008, p. 57).

ⁱⁱ Podemos reconhecer na história da Educação Brasileira investimentos na Educação Integral, Tempo Integral e Jornada Ampliada como podemos citar: as escolas-classe e escolas-parque enquanto proposta criada e defendida por Anísio Teixeira (NUNES, 2009); os CIEPES criados na gestão de Leonel Brizola no governo do Rio de Janeiro e idealizados por Darcy Ribeiro (CAVALIERE, COELHO, 2003), e outro exemplo foram o CIACS (Centros Integrados de Atendimento a Criança) no governo de Fernando Collor que posteriormente se tornaram CAICS (Centros de Atenção Integral as Crianças) já no governo de Itamar Franco (BARROS, 2008). Embora com propostas e ações idealizadas em bases teóricas e de funcionalidade diferentes que nos limites deste artigo se tornam difíceis de aprofundar e não é o objetivo do mesmo, cabe ressaltar que exerceram importante influência na forma como a Educação Integral se constituiu no país. Tanto que nessa pesquisa uma das escolas participantes se trata de um CAIC.

Sobre as autoras

Rochele da Silva Santaiana é Mestre e Doutora em Educação pela UFRGS. Atua como docente em cursos de Especialização Lato Sensu, docente da Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/ UERGS, coordenadora de área do PIBID/UERGS unidade universitária Alegrete, docente do Programa de Pós-graduação em Educação da UERGS Mestrado Profissional em Educação.

Veronice Camargo da Silva é Graduada em Letras e Especialista em Comunicação, Expressão e Cultura. Mestre e Doutora em Letras- Área de Concentração: Linguística Aplicada. Professora adjunta do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Recebido em: 15/10/2020

Aceito em: 16/11/2020